

COOPERATIVISMO: NOVOS RAMOS PELA AUTO-GESTÃO

Roberto Rodrigues*

O cooperativismo brasileiro vai crescendo com vigor tanto no campo quanto na cidade, com uma ótima coordenação da OCB, instituição preocupada com sua dupla responsabilidade: defender os princípios e valores doutrinários e garantir o progresso econômico e social dos cooperados, independentemente da região onde se encontram e das atividades a que se dedicam.

Claro que nessa árdua missão, destacam-se algumas ações que mostram a dinâmica da entidade: ora está pleiteando junto aos poderes constituídos da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) as regras que confirmam isonomia às cooperativas no tratamento de questões econômicas, sociais e políticas; ora está empenhada na melhoria do funcionamento das cooperativas em termos de governança e gestão para que seus associados sejam plenamente atendidos em suas demandas justas; ora está associada a outras entidades especializadas na busca por normas que confirmem competitividade interna e externa das diferentes cooperativas; ora estão investindo em comunicação social para que o público em geral conheça mais de perto a filosofia no entorno cooperativo, e assim por diante. Nessa ampla atividade, a OCB - líder legítimo do Sistema Cooperativo Brasileiro - também está filiada à Aliança Cooperativa Internacional, órgão de cúpula mundial do movimento, que nucleia mais de 1 bilhão de cooperados em todos os continentes, compondo assim o maior movimento sócio-econômico do planeta.

Para bem cumprir suas tarefas, a OCB havia classificado as cooperativas brasileiras em 13 “ramos” (segmentos ou setores especializados) distintos, a partir de 1993. Eram eles: o agropecuário, o de consumo, o de crédito, o ramo educacional, o habitacional, o mineral, o de infraestrutura, o de produção, o ramo saúde, o de trabalho, o de transporte, o de turismo e lazer e o ramo especial.

Mas a partir de 2020, a OCB reclassificou esta tabela, reduzindo para apenas 7 o número de ramos. Porque isso? Por algumas razões bastante práticas, como:

- tornar-se uma organização mais simples e flexível, com capacidade de se adaptar rapidamente às mudanças de mercado e às inovações tecnológicas;
- formar ramos fortes, com maior poder de representatividade;
- alinhar o discurso para conseguir uma comunicação mais assertiva para dentro e para fora do Sistema;
- melhorar o atendimento do SESCOOP (o S do cooperativismo) que vem encontrando dificuldades para atuar junto a ramos com poucas cooperativas ou muito específicos.

Com tais argumentos, os 7 ramos da nova classificação passam a ser:

- Agropecuário: prestam serviços relacionados às atividades agropecuárias, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, e extrativista.
- Consumo: supermercados, farmácias e também as cooperativas educacionais e de turismo.
- Crédito: prestam serviços financeiros, como crédito, poupança, a taxas justas e em condições vantajosas.

- Trabalho e produção de bens e serviços: serviços especializados, como beneficiamento de matérias recicláveis, confecção de artesanatos, produção mineral e espacial.
- Infraestrutura: geração e distribuição de eletricidade, construção de moradias.
- Transporte: formadas por proprietários de veículos de transporte de cargas ou táxis.
- Saúde: formadas por médicos, odontólogos e outros profissionais ligados à saúde humana. Também incorpora as cooperativas de usuários desses serviços.

A partir dessa reclassificação, o OCB terá melhores condições de exercer sua maior conquista na Constituição de 1988: a auto-gestão.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**